

RESERVAS EXTRATIVISTAS NO ACRE E BIODIVERSIDADE: RELAÇÕES ENTRE CULTURA E NATUREZA

Maria Antonieta Antonacci*

Resumo

Acompanhando a emergência do projeto de reservas extrativistas no Acre, com base nas lutas e movimentos de seringueiros autônomos na região, discutimos as injunções cultura/natureza a partir de suas argumentações e da concepção de propriedade, de ocupação/incorporação do espaço, de interesses e de valores que estão subjacentes a estas propostas de conservação ambiental e de reforma agrária na Amazônia. Ainda procuramos apreender problemas e desafios que seus agentes vêm experimentando nos exercícios cotidianos de manutenção destas propostas, como os encaminhamentos em torno do acesso à biodiversidade.

Palavras-chave

Trabalho extrativista; lutas na Amazônia; biodiversidade; heterogeneidade de culturas.

Abstract

Observing the emergence of the project of extraction reserves in Acre State and based on the fights and movements led by autonomous rubber-gatherers in the region, we discuss the relations between culture and nature deriving from their argumentation and from the conception of property, of occupation/incorporation of the space, of interests and values that underlie these proposals for conservation of the environment and for the agrarian reform in the Amazon region. We also attempt to identify problems and challenges that their agents have been experiencing in the daily process of maintenance of these proposals, like the measures involving the access to biodiversity.

Key-words: Extraction work; fights in the Amazon region; biodiversity; heterogeneity of cultures.

* Professora do Departamento de História, PUC-SP.

Empenhados em resguardar suas relações entre si e com o meio ambiente em determinados padrões, índios, seringueiros e outros trabalhadores extrativistas do Acre opuseram-se às mudanças que a expansão de formas de organização concentradoras de poderes tentam impor na Amazônia desde 1970. Neste processo, construíram exercícios de resistência radicados em suas culturas e modos de trabalho na floresta amazônica, como o *empate*,¹ as cooperativas e as reservas extrativistas.

As ações e argumentações destes habitantes da floresta amazônica, acompanhadas pelo jornal *Varadouro*,² por seus boletins e periódicos, assim como por documentos e projetos de lei formulados nos embates para preservação de tradições, saberes, modos de vida e de trabalho inerentes à manutenção do meio ambiente onde foram se constituindo historicamente, contêm a possibilidade de superar a dicotomia entre “sociedade” e “natureza”, advinda desde os processos teóricos do Iluminismo, conforme Raymond Williams.³ O mesmo Williams que, em *O campo e a cidade*, contestando o “caráter progressista do capitalismo e, dentro dele, da urbanização e da modernização social”, criticou “a celebração irrefletida do domínio – poder, eficiência, produção, o domínio do homem sobre a natureza –, como se a exploração dos recursos naturais pudesse ser separada da concomitante exploração dos homens”.⁴

Apreendendo a historicidade em que foi se construindo o “tecido inteiriço das naturezas-culturas”, conforme expressão de Bruno Latour,⁵ Williams, ainda referindo-se à Inglaterra do século XVIII, desenvolve considerações que apontam para sua com-

1 Mutirão para derrubar capoeiras e fazer roçado, usado desde os anos 70 como recurso contra as ordens de derrubada da mata por parte dos novos proprietários.

2 Editado quinzenalmente em Rio Branco (Acre), de maio de 1977 a dezembro de 1981, “Varadouro, um jornal das selvas”, atuou como um “empate” no enfrentamento das intervenções que pretendem fazer a Amazônia viver do “berro do boi”, em alusão aos projetos agropecuários que se instalaram na região. *Varadouro* – designação retirada das passagens construídas na mata para articular as “colocações” dos seringueiros entre si e aos “barracões” para escoar a borracha e receber mantimentos, utensílios e outros produtos – assumiu a defesa dos índios e trabalhadores extrativistas do Acre por intermédio de suas vozes e proposições. O acesso a este periódico bem como os demais materiais que possibilitaram a realização deste texto, devo aos professores do Departamento de História da UFAC – Ayrton Rocha, Carlos Alberto de Souza, Gerson Albuquerque e, mais recentemente, Marcos Montysuma aos quais agradeço o contínuo diálogo.

3 R. Williams. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979, p. 25.

4 Idem, *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 58.

5 B. Latour. *Jamais fomos modernos*. São Paulo, Editora 34, 1994, p. 12.

preensão das articulações cultura/natureza, ajudando a compreendermos o empenho de E.P. Thompson em abordar a concomitância do fazer-se das relações sociais na socialização da natureza.⁶

Mesmo as relações sociais entre proprietários, arrendatários e trabalhadores sofriam uma evolução contínua, em termos de novas atitudes. A propriedade deixou de ser considerada uma herança que gerava uma determinada renda, passando a ser vista como uma oportunidade de investimento, que traria um lucro muito maior. Assim, uma ideologia do melhoramento – da transformação e organização da terra – tornou-se importante e dominante. As relações sociais que constituíam obstáculos a essa forma de modernização começaram a ser gradualmente destruídas, por vezes de forma impiedosa.⁷

Nesta história ocidental das concepções de natureza,⁸ de novas atitudes e sensibilidades que fizeram parte das relações dos povos com o mundo natural, em diferentes períodos, importa reter com Leach que

A idéia de natureza como pólo oposto à cultura é, com efeito, em si mesma, um produto cultural. O conteúdo efetivo da “idéia de natureza” muda à medida que se percorre o mapa geográfico, na mesma proporção em que muda a própria natureza.⁹

Nesta perspectiva, ainda podemos contar com as pesquisas de Keith Thomas, Alain Corbin e Carlos Rodrigues Brandão.¹⁰

6 Questões que perpassam toda sua obra, mas que podem ser bem apanhadas em texto de 1967, “Tempo, disciplina do trabalho e o capitalismo industrial”. In: E. P. Thompson *Costumes em comum*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 267-304.

7 R. Williams. *O campo e a cidade*, op. cit., p. 89.

8 Conforme Benjamin, “Ao conceito corrompido de trabalho corresponde o conceito complementar de uma natureza, que segundo Dietzgen, ‘está ali, grátis’. (...) Seu interesse se dirige apenas aos progressos na dominação da natureza, e não aos retrocessos na organização da sociedade”. Cf. W. Benjamin. “Sobre o conceito de História”, *Obras escolhidas*. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 228.

9 E. Leach. “Natureza/cultura”. Enciclopédia Einaudi, nº 5, *Anthopos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1985, p. 78.

10 K. Thomas. *O Homem e o mundo natural*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988; A. Corbin. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998; C. R. Brandão, coordenador do projeto “Homem, Saber e Natureza – Hosana”, financiado pela Fapesp, 1992/95, voltado para “investigação e análise de sistemas cognitivos de compreensão da lógica da natureza e de formas culturais de apropriação ética e tecnológica do meio ambiente”. Cf. em *Temáticas*, Campinas, 4 (7), jan/jun. 1996; e C. R. Brandão. *Somos as águas puras*. Campinas, Papirus, 1994.

Neste trabalho *sobre* ou *com* a natureza, dominando-a ou trazendo-a ao campo dos diálogos e dos direitos, a partir de suas apropriações ou interações e comunicações com o meio ambiente, foi que grupos sociais do Acre entraram em confronto a propósito da implantação de projetos agropecuários, madeireiros e de colonização que provocaram devassamentos socioambientais, desajustando modos de viver e de ser da região amazônica.¹¹ Para melhor compreendermos a extensão e o sentido destas lutas pela defesa da floresta e dos modos de viver e trabalhar que se constituíram, historicamente, em seus espaços, importa ter presente, conforme Leach, “o princípio de que a compreensão do ambiente se obtém somente através da experiência, ou seja, passando pela cultura, em vez de ser algo implícito na natureza biológica do animal”.¹²

Esta perspectiva de que a compreensão ou relação com a natureza é atravessada pela experiência/cultura ganha mais força com as considerações de Greimas e Coutés, ao enfatizarem “a natureza não pode ser nunca uma espécie de dado primeiro, original, anterior ao homem, mas uma natureza já ‘culturalizada’, enformada pela cultura”.¹³

A partir destas considerações podemos entender a complexidade das lutas que se desenvolvem no Acre, lutas não só em torno de interesses, mas acerca de valores,¹⁴ permeadas por diversificados estranhamentos culturais, como também podemos aprofundar nossa compreensão sobre as relações que os povos e trabalhadores extrativistas mantêm com a floresta e seus habitantes.

Explorados e dominados, os seringueiros nunca se relacionaram tranqüilamente com as formas de disciplina a que estavam submetidos. Construíram várias estratégias para enfrentar a cadeia de padrões: seringalistas, comerciantes, aviadores, regatões.¹⁵ Todavia,

11 Os resultados de nossas primeiras pesquisas a respeito destas questões no Acre encontram-se em M. A. Antonacci. Cultura, trabalho, meio ambiente: estratégias de “empate” no Acre, *Revista Brasileira de História*, nº 28, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1994, pp. 247/267. No acompanhamento e discussão deste contexto de desagregação dos seringais no Acre merecem destaque dois estudos, com minuciosas pesquisas em duas regiões acreanas: Carlos A. Souza. “Varadouros da Liberdade: empates no modo de vida dos seringueiros de Brasília – Acre”. Tese de doutorado, PUC-SP, 1996. e Gerson Albuquerque. “Seringueiros, caçadores e agricultores: trabalhadores do Rio Muru (1970-1990)”. Dissertação de mestrado, PUC-SP, 1995.

12 E. Leach, op. cit., p. 98.

13 J. Greimas e J. Coutés. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo, Cultrix, 1989, p. 112.

14 Sobre o significado desta forma de compreensão das lutas sociais, cf. E. P. Thompson. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

15 Sobre a organização do trabalho nos seringais e sobre as múltiplas e contraditórias formas de resistência desenvolvidas nos meandros da produção da borracha acreana, ver A. Rocha. *Trabalho e dominação nos seringais do Acre*. Dissertação de mestrado. São Paulo, PUC-SP, 1998.

esse agrupamento originalmente nordestino estabeleceu com a mata vínculos tão profundos que só às sociedades indígenas foram dados a conhecer. Eles conhecem a mata em minúcias, desde os lugares mais discretos onde sabem encontrar certo tipo de cipó que lhes sacia a sede até aqueles mais recônditos, onde nesses tempos difíceis de desmatamento sabem encontrar a caça que lhes dá alimento. É a mata, portanto, e não o rio, o elemento pelo qual o seringueiro articula a sua linguagem e elabora as categorias do seu pensamento.¹⁶

E, para apreendermos o significado dos “empates” e o sentido que estes trabalhadores atribuem à defesa das suas árvores, importa acompanhar o depoimento do seringueiro Raimundo Mendes, participante de um empate contra a atuação da Bordon, no Seringal de Nazaré:

Vendo a necessidade de permanecer na terra com a seringa, castanha, *que são nossa segunda mãe*, temos que tomar nossas medidas. Se não for assim, vamos ficar mais miseráveis ainda.¹⁷

Vivendo não só da seringueira, como da castanheira, de onde retiram parte considerável do sustento familiar, através do leite – que consomem com jerimum, pão de milho e macaxeira – e do óleo para cozinhar; sem falar nas vantagens da comercialização da castanha, que, por ser livre do barracão, permite desapertos e o acesso a bens disponíveis, estes trabalhadores mantêm relações diretas e vitais com a natureza circundante. Como já argumentara Francisco Vieira de Azevedo, que, trabalhando há 30 anos com castanha, vivenciava a queda de 40% de sua produção desde que “se iniciou a depredação das terras do Acre”:

A castanheira e a seringueira são como se fossem nossas mães. Quando nossos pais vieram do nordeste para cá, tiraram delas o sustento. Foi com leite de castanha que nos criaram. Foi com leite de seringa que nos vestiram.¹⁸

Nestas representações da seringueira e da castanheira como “mães” – símbolos da vida e fontes geradoras de recursos –, podemos surpreender entre os seringueiros uma relação subjetiva com a natureza. A floresta e seus seres não são tomados como objetos,

16 C. C. Teixeira. Seringueiros e colonos em Rondônia: formas de vida, modificações ecológicas e visões de natureza. *Margem*. São Paulo, EDUC, n° 6, 1997, p. 55.

17 *Varadouro*, n° 19, maio de 1980 (grifos nossos).

18 *Varadouro*, n° 10, junho 1978, depoimento do castanheiro Francisco Vieira de Azevedo.

mas como sujeitos integrantes de sua vida cotidiana, como parceiros com quem compartilham o viver, o trabalhar, o pensar, as crenças e os valores que fazem parte do ser e estar na mata. Em suas experiências de sobrevivência nos seringais estas árvores constituem-se nas matrizes da cultura destes trabalhadores. E importa considerar que só assumem seu sentido como partes da mata. Quando uma área é desmatada e queimada, ou cercada por pastagens, por mais que a seringueira e a castanheira sejam poupadas, perdem seu vigor produtivo e seu sentido social. No dizer destes trabalhadores, umas secam devido ao fogo, outras passam anos sem produzir; situação que se agrava no caso da castanheira, pois quando “fica em campo livre” tende a cair prematuramente, pois o solo é frágil para sustentar seu enorme peso. Só na floresta este problema é resolvido “com ajuda de outras árvores e da vegetação que a circunda, equilibrando-a e aumentando suas possibilidades de sobrevivências”.¹⁹ Isoladas, estas “mães” perdem sua identidade, como os trabalhadores extrativistas nos centros urbanos.

Consideramos que estas relações natureza/cultura constituíram-se conflituosamente ao longo de várias gerações em que, para extração do látex e das provisões para própria vida cotidiana, nordestinos fizeram-se seringueiros e trabalhadores extrativistas, sob o domínio e as prescrições dos seringalistas e sua disseminada rede de poderes e coações.²⁰ Entre os vários instrumentos de controle dos seringalistas sobre seus trabalhadores, ganha destaque, para este estudo, o Regulamento com que os proprietários dos seringais ordenavam procedimentos no trabalho da empresa seringalista, por guardarem “um sentido mais específico de preservação”, conforme assinala Teixeira.²¹

Segundo estes regulamentos – o corte da árvore só deve ser feito a partir de 1,60 cm de altura, o comprimento do corte devia ser de 0,17 cm, respeitando uma distância de 0,5 cm entre os cortes e de 0,60 cm entre uma “arreação” (área de corte) e outra – entre os proprietários vigorava um forte interesse em proteger as árvores que lhes forneciam seu poder e riqueza, chegando a ser nomeados fiscais para controlarem as formas de uso das seringueiras. Chama atenção que, em Regulamento de 1934, dos Seringais de Octávio Reis, encontrem-se, em relação às seringueiras, as mesmas referências dos seringueiros e castanheiros contemporâneos.

19 Idem.

20 Sobre as tensas e conflituosas relações nos seringais ver S. C. Basílio *Seringueiro de Xapuri na luta pela terra e defesa da floresta*. Dissertação de mestrado. São Paulo, PUC-SP, 1992; A. Rocha, op. cit.; M. H. A. Zanoni. *Os Seringueiros – Estudo de caso em seringal nativo no Acre*. Dissertação de mestrado. Brasília, UnB, 1979.

21 C. C. Teixeira, op. cit., pp. 47 e 48.

Dou aqui o sistema do corte para a extração do leite da hevea-ouro (seringueira), árvore-mãe. Mãe devemos chamar-lhe porque é a árvore amiga do homem. Com o seu leite alimentam-se milhares e milhares de famílias que vivem da borracha. Proporciona tantas facilidades a seringueira, que quem se habitua a viver alimentado do seu leite não se acostuma mais a outro qualquer serviço, porque encontra-se feliz o seringueiro extraíndo o leite e vivendo em contínuo contato com as fertilidades da natureza.²²

Todavia, a partir de determinadas páginas deste Regulamento, foi-se explicitando uma relação diferente entre patrões e trabalhadores extrativistas frente às seringueiras, na medida em que as argumentações em torno de bons tratos para com as árvores representavam relações amistosas com os proprietários, além de ausência de castigos.

Portanto, devemos ter carinho para com a seringueira que nos proporciona tantos dias felizes e não sejais ingratos, senhores extratores, para com a árvore bendita que vos proporciona um trabalho remunerador, que vos livra do chicote do capataz, que faz do extrator senhor de si próprio (...), merecendo a estima do patrão que trata o bom produtor como um de seus melhores amigos.²³

Temos, assim, a oportunidade de apreender formas distintas de representação e de relacionamento com a floresta e seus seres, no contexto da sociedade seringueira constituída na Amazônia acreana, o que permite compreendermos as profundas divergências que marcam as posturas de seringueiros e seringalistas frente às políticas institucionalizadas para a região desde o final da década de 1960. Onde a utilidade e o interesse são predominantes frente aos recursos da natureza-objeto, a reciprocidade entre a natureza e o homem é excluída, marcando um confronto frente a um potencial “inter-trabalho *entre* a-natureza-e-o-homem, recolocados como sujeitos um-para-o-outro”.²⁴

São as ações e argumentações de grupos de seringueiros e de trabalhadores extrativistas, nos desdobramentos das resistências diante das políticas de devassamento da Amazônia, que possibilitam perceber como as experiências de lutas dos seringueiros, para sobreviverem nas empresas amazônicas, resultaram na construção de uma cultura que lhes permitiu constituírem modos de vida com uma natureza hostil na medida em que, conhecendo seus ritmos, tempos e dinâmicas de vida, lograram promover inter-

22 Seringais de Octávio Reis, *Regulamento interno para 1934 e anos seguintes, até nova deliberação*. Editora Livraria Escolar de Porto de Oliveira e Cia., Pará. Apud A. Rocha, Anexo I, op. cit., pp. 130-54.

23 Idem.

24 Questões desenvolvidas por C. R. Brandão, op. cit., p. 77.

câmbios e formas de entre-ajuda com seus seres. Mais do que domesticarem plantas, árvores e animais, no sentido de produzirem resinas, essências, óleos, substâncias medicinais e alimentos – que hoje configuram a biodiversidade da região –, integraram-se ao meio ambiente, produziram formas de inserção homem/natureza a partir de uma cultura que retira da natureza seu próprio ser, relacionando seus corpos e imaginários a tradições, costumes, valores e sensibilidades oriundos das lutas e ajustes para sobrevivência na mata.

Daí que, nas regiões do Acre onde ocorreram desativações de empresas seringalistas tradicionais, as tensões manifestaram-se nos “empates”, na organização de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e na formulação de alternativas para os seringueiros e a preservação da floresta. Como as terras vendidas aos empresários do Sul estavam ocupadas por trabalhadores que ali sempre viveram, enquanto muitos foram expulsos, outros resistiram. Da resistência surgiu o seringueiro “liberto”, autônomo, que produz e vende a borracha por conta própria, sem mais se sujeitar a patrões, barracões e casas aviadoras. Alguns chegam a ter título de propriedade, outros são posseiros.²⁵ Nestas regiões – Xapuri, Brasiléia, Tarauacá, Assis Brasil – a luta pela permanência na terra e pelo direito à “colocação”*, onde estão as “estradas de seringa”, principal meio de vida, tornou-se intensa desde meados dos anos 70.

Articulando defesa dos modos de vida, de trabalho e do meio ambiente, estes seringueiros e demais trabalhadores extrativistas do Acre vêm imprimindo aos seus movimentos dimensões de preservação que adquirem significados próprios, porque traduzem o seu dia-a-dia na floresta, suas relações com a natureza e dizem respeito a suas experiências, culturas e ao seu “fazer-se” como sujeitos históricos.

É o que podemos apreender quando, para garantirem o direito de permanecerem nas terras, opondo-se às empresas agropecuárias, seringueiros alertam aos que concordam em vender suas “colocações” para os fazendeiros, insistindo:

a terra é nossa fonte de vida (...). Na hora em que você transforma sua fonte de vida em dinheiro é a mesma coisa que pegar água numa vertente, encher o vaso e depois tapan a vertente. A mesma coisa é o seringueiro, o acreano que pega sua posse e vende (...) fica sem sua sobrevivência e se escraviza.²⁶

25 *Varadouro*, nº 22, julho de 1981.

26 *Varadouro*, nº 19, maio de 1980, depoimento de Raimundo Mendes.

* Divisões espaciais da floresta onde ficam as estradas de seringa (conjunto de seringueiras) e, portanto, espaços de trabalho de seringueiros.

Na crítica aos que vendem suas colocações, podemos acompanhar o envolvimento intenso e direto com a terra, com a floresta, em um reconhecimento de que os seringueiros fazem parte da mata e que sua degradação significa a deterioração de seus modos de vida, resultando em sua escravização. Nestes termos, a questão colocada pelos seringueiros das regiões mais afetadas era: empatar, defendendo suas condições de vida e relações com a natureza, ou tornarem-se peões, bóias-fria, diaristas, marginalizados no campo ou na cidade.

Sem pretenderem retornar a relações e fórmulas anteriores, estes seringueiros do Acre encaminharam-se em direção a uma ordem social norteada não mais pelo isolamento e exploração que pautaram os seringais. Enfatizando que também têm “uma proposta para produzir”,²⁷ desde o I Encontro em Brasília (1985), organizaram o Conselho Nacional Seringueiro (CNS) e as formulações em torno das Reservas Extrativistas (Resex), enfrentando os argumentos e os projetos governamentais pautados em políticas de especulação da terra, colonização e exploração com base em grandes grupos de poder.

Formulando uma alternativa viável e diferenciada de reforma agrária, as argumentações e práticas em torno de reservas extrativistas constituem-se em opção de desenvolvimento sustentável²⁸ radicada em formas históricas de ocupação/incorporação do espaço e em culturas constituídas nas experiências de sobrevivência na mata. Daí apresentarem-se como *locus* privilegiado para estudos sobre as injunções entre espaço e cultura, na tentativa de apreendermos as tensões em que espaços são histórica e culturalmente constituídos, assim como as culturas são social e espacialmente vivenciadas. E, se considerarmos com Hermetes Araújo, que “As formas contemporâneas do poder

27 “(...) a gente tinha uma luta, uma resistência contra o desmatamento, mas ao mesmo tempo não tinha uma proposta alternativa a apresentar, um argumento mais forte para justificar por que queríamos defender a floresta. (...) Finalmente, em outubro de 1985, nós conseguimos reunir 130 seringueiros de toda Região Amazônica, em Brasília. (...) Nas discussões que transcorreram nós descobrimos uma proposta que seria a criação da reserva extrativista na Amazônia.” F. Mendes. In: C. Grzybowski (org.). *O testamento do homem da floresta. Chico Mendes por ele mesmo*. Rio de Janeiro, Fase, 1989, pp. 21-3.

28 As restrições à expressão “desenvolvimento sustentável” podem ser encontradas em E. Hobsbawm. *Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998; e L. Boff. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. São Paulo, Ática, 1995. A polêmica em torno desta questão pode ser acompanhada em *Temáticas*, op. cit., pp. 9-29.

resultam das relações que os homens estabelecem entre eles e com a natureza”²⁹, podemos avaliar o significado das lutas travadas em torno das Resex e a contribuição de estudos relacionados à discussão e divulgação dos desafios vivenciados pelos sujeitos envolvidos em sua realização histórica.

Contrapondo-se aos projetos de assentamento de colonos em pequenos lotes e/ou à destinação dos povos extrativistas para a periferia dos centros urbanos, as reservas extrativistas, como proposta de desenvolvimento sustentável, referem-se a formas de exploração de recursos naturais, de aplicação dos investimentos e orientação do progresso tecnológico no sentido de uma equilibrada preservação do meio ambiente na Amazônia acreana.

Como proposta gestada pelas experiências de luta de habitantes da floresta em defesa de seus territórios, modos de vida e de trabalho, as reservas extrativistas surgiram historicamente com uma significativa carga cultural. O que fica evidenciado tanto pelas suas origens nas reservas indígenas da região, quanto por sua estrutura e funcionamento, que estão pautados nas tradições de extração de látex em “colocações” e nas práticas do cooperativismo extrativista e coletor de seringueiros e castanheiros frente às primeiras investidas dos grupos agropastoris do Sul do país e do exterior.

A formulação da proposta das reservas extrativistas, no interior do Conselho Nacional Seringueiro, remete à perspectiva de construção cultural de um espaço alternativo na região amazônica frente aos devassamentos florestais. Ainda remete a um movimento de aliança dos povos da floresta, na medida em que estas são propostas conjuntas de índios, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos e outros, até então envolvidos em antigas contendas.

Uma vez que esta proposta de reservas extrativistas inspirou-se nas reservas indígenas, reconhece a pluralidade das formas de cultura constituídas na mata e está aberta a outras formulações por parte dos diferentes habitantes da floresta. Com parâmetros próprios, estes seringueiros vêm “enfrentando a destruição sistemática das esferas de autonomia e de autodeterminação”, “garantindo o espaço da diversidade na cultura e na natureza respeitando as diferenças”.³⁰

29 H. R. Araújo (org.). *Tecnociência e cultura*. São Paulo, Estação Liberdade, 1998. “Apresentação”, p. 13.

30 Cf. “Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas para Amazônia”, CNS, 1992, p. 1.

Após o III Encontro Nacional do CNS (1992), a estratégia das Resex ganhou contornos mais definidos e maiores explicitações como proposta de desenvolvimento sustentado que,

refere-se ao processo de evolução histórica, na qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais devem progredir na busca de um equilíbrio dinâmico, reforçando o potencial presente e futuro no meio ambiente, suporte das atividades econômicas e sociais das populações agro-extrativistas, a fim de melhor atender às suas aspirações e necessidades, respeitando a evolução de seus perfis culturais.³¹

Frente às formas de desenvolvimento existentes na Amazônia, onde as relações entre os homens e a natureza estão fundamentadas na lógica da produção e em critérios econômicos, a perspectiva dos extrativistas representados pelo CNS advém de uma concepção na qual desenvolvimento significa garantia das condições de preservação das áreas que ocupam e respeito por suas culturas e por suas racionalidades nos usos tradicionais dos recursos naturais.

Concebidas pelos valores de habitantes da floresta secularmente dominados por relações sociais excludentes, as reservas extrativistas contêm e expressam seus diálogos e intercâmbios com a natureza, trazendo à tona suas normas, sua moral e suas relações com a floresta, cultivados no tenso convívio com a mata no período de tutela dos padrões, barracões e casas de aviamento. Tanto no projeto e nas regulamentações, como no *Estatuto da Reserva Chico Mendes* (1992), os planos de uso da terra e de seus recursos estão pautados por padrões de conduta e por sentimentos inerentes às experiências de povos da floresta, como apreende-se das decisões de uma Assembléia dos moradores da reserva:

– (...) os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, em conjunto com o Conselho Nacional Seringueiro, Associações e Cooperativas, administrarão os recursos naturais no seu interior, limitando o desmatamento a 5% da área da reserva; sugerem que estes 5% sejam utilizados em partes iguais para atividades agropecuárias e outras complementares; e proíbem que os animais selvagens, assim como seus reprodutores, sejam comercializados.³²

31 Idem, rodapé da p. 1.

32 Idem, p. 3.

Estas perspectivas também aparecem quando, regulamentando a posse da terra nas Resex e a responsabilidade dos seringueiros por suas “estradas de seringa” e castanheiras, argumentam:

- Cada família só poderá ter uma colocação e será considerada colocação uma unidade com o mínimo de duas estradas de seringa. É proibido a partir da homologação deste documento usar estradas de outras colocações. As estradas devem pertencer às respectivas colocações.
- O uso das estradas de seringa será feito conforme as práticas tradicionais, obedecendo-se ao limite de 50 dias anuais de corte por estrada e de dois dias semanais por estrada, sendo vedado cortar danificando o lenho (...).
- É facultado o uso de palmeiras para cobertura de casas, bem como a coleta de frutos das palmeiras.³³

Mesmo nas especificações sobre os roçados e nas disposições sobre áreas de uso comum nas reservas, como rios, lagos, varadourós, praias e barrancos, apreende-se seus princípios quando acertam que “deverão ser mantidas e conservadas pela comunidade, respeitando a tradição dos moradores”.³⁴

O risco de desmatamentos ou usos não condizentes com a frágil base de recursos naturais da região levou o CNS a optar por uma forma de posse da terra que não impedisse a fragmentação das “colocações”. Assim, o próprio conceito de propriedade, medida em hectares, introduzido na Amazônia com as fazendas, foi abandonado em função da prioridade ao espaço das “colocações” para regularizar a propriedade no caso das Reservas Extrativistas. A Resex passou a ser conceituada como área de propriedade da União em concessão de uso, por período não inferior a 60 anos, aos seringueiros.

Regulamentados os aspectos jurídicos e institucionais, restava definir a forma de ocupação e de gestão do espaço, na medida em que a concessão não poderia ser feita a indivíduos. Os trabalhadores extrativistas optaram pela organização, em cada reserva, de associações de moradores, que tornaram-se as concessionárias do direito de uso

33 Cf. *Plano de utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes – Acre*, Brasília, IBAMA/CNPT, 1995, pp. 24-5. Antes da publicação deste Plano de Utilização, apresentado por Rafael Pinzón Rueda. Chefe do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), foi produzido um “Plano de uso da Reserva Chico Mendes”, em 1992, que acredita-se serviu de base para as discussões preliminares a respeito das formas de organização das reservas extrativistas.

34 Cf. *Plano de uso da Reserva Chico Mendes*, Acre, 1992, mimeo.

cedido pelo Estado. As associações passaram a ser, também, responsáveis pela gestão das áreas e pelo controle sobre a utilização dos recursos.

Assim, pelo Decreto nº 98.897/90, as Resex foram definidas como espaços territoriais especialmente protegidos para uso sustentável dos recursos naturais e em benefício das populações extrativistas. Em seus postulados, a categoria fundante é a relação específica homem-natureza, na qual a

reprodução é concebida como uma troca entre os homens e os demais habitantes naturais da floresta – não como uma produção de bens sociais a partir de uma matéria informe. As culturas das populações agro-extrativistas, desde esta perspectiva de Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, vêm a natureza como parte da sociedade.³⁵

A emergência desta sensibilidade para ultrapassar as formas históricas de apropriação, utilização e civilização da natureza, assim como desta perspectiva de interações sociedade/natureza, culturalmente engendradas entre seringueiros, extrativistas e povos da floresta, resulta das relações que estes habitantes da Amazônia vêm estabelecendo entre si e com a natureza desde quando rebelaram-se contra formas de dominação e produção até então experimentadas.

Acompanhando a concepção de propriedade, de ocupação/gestão do espaço, de modo de vida e de cultura que estão subjacentes a estas propostas de conservação ambiental e de reforma agrária na Amazônia, bem como os problemas e desafios que vêm experimentando em seus exercícios cotidianos de sobrevivência, apreende-se que estão em confronto formas de relações sociais e de relações cultura/natureza. Daí as Reservas Extrativistas Chico Mendes e a do Alto Juruá terem que enfrentar inúmeras questões críticas emergentes para não perderem suas características básicas e contribuir para manutenção de todo um patrimônio cultural.

Como, ao tornarem-se realidade política, pelo seu reconhecimento por parte do Programa Nacional de Reforma Agrária e do Programa Nacional de Meio Ambiente,³⁶

35 “Diretrizes para um programa de reservas extrativistas na Amazônia”. CNS, s/d., p. 11.

36 “As reservas extrativistas nasceram com a portaria do Incria de julho de 1987 que criou a figura de ‘assentamento extrativista’ para regularizar a situação fundiária de seringueiros e ribeirinhos que ocupavam antigos seringais. Como o conceito de assentamento não se aplicava a áreas ocupadas, às vezes por quase um século, por famílias locais, e percebendo-se o caráter conservacionista da proposta, as reservas extrativistas foram criadas como unidade especial de conservação no âmbito do Ibama.” Amigos da Terra e Grupo de Trabalho Amazônico, *Políticas públicas coerentes. Para uma Amazônia sustentável*, 1996, p. 137.

passaram a conviver com dificuldades e obstáculos que recolocam, continuamente, a viabilidade desta alternativa de reforma agrária e de desenvolvimento sustentável, procuramos, através de seus desafios, apreender questões sociais e ambientais em jogo na região do Acre.

A partir da necessidade de resolver a questão fundiária, de modernizar a produção extrativista com a incorporação das culturas locais e de enfrentar a conservação do meio ambiente, trabalhadores da região acreana propuseram e estão defendendo a Reserva Extrativista como um dos elementos estratégicos para uma nova experiência de desenvolvimento na Amazônia. Nesta perspectiva, as Resex devem ser entendidas como parte da luta pela reforma agrária no Brasil, tendo sido concebidas como solução para os conflitos pela terra no contexto dos seringais do Acre, a partir dos valores, normas, costumes e tradições dos habitantes da floresta amazônica.

Nesta perspectiva, as reservas extrativistas enfrentam o modelo tradicional de assentamento em lotes agrícolas padronizados, levado à região por políticas governamentais de ocupação dos “espaços vazios da Amazônia” que não consideravam as formas de ser e de estar na região por parte de seus tradicionais habitantes, nem as especificidades do meio ambiente da floresta. Propondo a utilização coletiva da terra, as Resex realçam “ainda a junção entre a questão fundiária e a questão agroecológica, propondo novos critérios no apossamento da terra, centrados no uso sustentável dos recursos naturais”.³⁷ Expressam, a partir de experiências históricas de sobrevivência na floresta, uma alternativa viável e diferenciada de reforma agrária de seringueiros, trabalhadores agroextrativistas e demais povos da Amazônia, apresentando-se como opção ao modelo de desenvolvimento predatório fundado na grande propriedade que norteou a constituição das empresas seringalistas no século XIX e a expansão da fronteira agrícola na região desde os anos 1970.

Todavia, para além de seu caráter político econômico, essa proposta caracteriza-se por pretender assegurar uma ocupação/produção que minimize o empobrecimento dos recursos, a degradação do meio ambiente, a instabilidade social e o desenraizamento cultural.

Como ressaltam seus articuladores, isso “leva a considerações não apenas econômicas, mas política, social, ética e ecológica”, uma vez que confrontam, “com esses parâmetros, o modelo homogeneizador do sistema atual que implica a destruição

37 Cf. “Diretrizes para um programa de reservas extrativistas na Amazônia”, CNS, Rio Branco, s/d., p. 9.

sistemática das esferas de autonomia e de autodeterminação”.³⁸ Para seus formuladores, reserva extrativista define um território, um espaço e uma forma de regularizar o acesso a ele. Não define, porém, o tipo exclusivo da economia a ser desenvolvida. Estabelece, sim, uma condicionalidade – a sustentabilidade. “A grande peculiaridade desta proposta é a reconciliação que permite entre desenvolvimento, conservação do meio ambiente e equidade social”.³⁹

As reservas extrativistas são consideradas reservas de desenvolvimento sustentado porque as atividades econômicas baseadas na extração de produtos da floresta, na agricultura, na criação de animais domésticos, assim como na industrialização destes produtos, “podem ser desenvolvidas desde que atendam a critérios de sustentabilidade e retorno social”.⁴⁰

Entretanto, nos anos 90, a prática das reservas vem mudando rapidamente em função dos problemas que aparecem no seu cotidiano e nas dificuldades que se apresentam nos atuais sistemas de exploração da floresta, constituindo em opção que se concretiza na medida em que os problemas de seu fazer-se são entendidos e surgem estratégias para resolvê-los. Suas formas de estabilidade são postas e repostas no cotidiano, sua viabilidade advém de processos a longo prazo e não resultam apenas da regularização fundiária das reservas.

Vale ressaltar que ser uma forma regional de resolver a questão fundiária é uma outra dimensão da noção e da prática das reservas extrativistas, que se constituem em uma das formas regionais mais bem-sucedidas que as populações agroextrativistas encontraram para solucionar a questão da terra.

Além de realizarem um sistema de uso da terra e de seus recursos naturais economicamente viável e ambientalmente sustentável, outra dimensão que vem sendo ressaltada pelo CNS refere-se à preservação e potencialização da diversidade cultural. Como afirmaram: “A diversidade cultural dos povos extrativistas, o reconhecimento dos conhecimentos técnicos acumulados por essas populações, constituem um patrimônio que deve ser preservado e potencializado”.⁴¹

38 Idem, p. 10.

39 M. H. Alegretti. “Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia”. In: R. Arnt (org.). *O destino da floresta*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994, p. 20.

40 Idem, ibidem.

Neste sentido, as Resex opõem-se à proposta culturalmente massificadora, presente na forma de ocupação da fronteira agrícola amazônica, baseada na grande propriedade pecuarista e na exploração predatória da madeira, que procura expandir-se desde os anos 60.

Se, como considerou Milton Santos, “a cultura de massa é indiferente à ecologia social”, respondendo “afirmativamente à vontade de uniformização e indiferenciação” e a “cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e daí obter a continuidade, através da mudança”,⁴² as reservas extrativistas, respaldando a manutenção de relações que os sujeitos históricos estabelecem com seu meio, contemplam possibilidades de expansão e renovação de dinâmicas da cultura popular na floresta amazônica.

Por ser portadora destas dimensões e por realizar experiências de reforma agrária e desenvolvimento sustentável, os resultados alcançados não podem ser avaliados através de critérios puramente econômicos, já que visam formas de preservação da biodiversidade, de manutenção de um patrimônio de ecossistemas e de respeito a culturas e modos de vida da região. Questões que não estão alheias à superação econômica do extrativismo tradicional, ainda muito presente nas reservas, tanto enquanto noção como prática, como seus defensores exortam:

Se faz necessário a elaboração de alternativas que permitam uma diversificação dos produtos base da economia extrativista. Nesse sentido se faz necessário o levantamento de outros produtos extrativos com potencial econômico; busca e ampliação de mercados (interno e externo) destes produtos; enriquecimento e manejo da floresta com espécies de interesse econômico; transformação e comercialização desses produtos.⁴³

Em meio a várias tensões e questões, a proposta vem-se implementando com dificuldades, e seus avanços dizem respeito a alterações nas formas de comercialização por meio do cooperativismo/associativismo e do beneficiamento dos produtos. Além da comercialização em formas associativas, eliminando os mecanismos tradicionais do avia-

41 Cf. “Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia”. CNS, s/d., p. 11.

42 M. Santos. *A natureza do espaço*. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 262.

43 Cf. “Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia”, op. cit., p. 15.

mento, a proposta das Resex afirma-se na medida em que conseguem beneficiar produtos da floresta pelo processamento de novas tecnologias, sempre sob o controle das próprias comunidades, perspectiva em que os resultados econômicos e a conservação ambiental podem ser utilizados e incorporados pelos produtores diretos. E a respeito do manejo dos recursos naturais, com diversificação da produção e do beneficiamento de produtos extrativistas, as medidas necessárias para a esperada melhoria tecnológica, com seus subseqüentes rendimentos para viabilização desta proposta, ainda encontram-se em fase inicial. Mesmo com tentativas para melhorar o aproveitamento e comercialização dos dois produtos básicos (borracha e castanha), a realização do potencial de diversificação da produção em relação a sementes, resinas, óleos, fibras, essências, fármacos, frutas tropicais e outros ainda é muito incipiente.⁴⁴

Alguns encaminhamentos já foram realizados. A partir de parceria entre comunidade, ONG e governo estadual,⁴⁵ as reservas do Acre já possuem

um embrião de serviços sociais de educação e de saúde, informações que permitem orientar o aproveitamento de seus recursos naturais e, talvez o mais importante, um processo de organização política e produtiva das comunidades residentes frente às condições de mercado e das políticas públicas que as disciplinam.⁴⁶

No sentido de fazer avançar as propostas contidas nas Resex, grupos sociais comprometidos com as lutas dos trabalhadores extrativistas têm formulado encaminhamentos para sustentarem suas possibilidades, como as iniciativas da senadora Marina Silva, do PT do Acre, que é filha de seringueiros, participou intensamente, desde os anos 70, dos “empates” contra a derrubada da mata e, posteriormente, do projeto de instauração das reservas extrativistas.

44 Cf. *Políticas públicas coerentes*, op. cit., pp. 138-39.

45 “Um grupo de seringueiros foi treinado para exercer as funções de professor e agente de saúde e supervisionar o atendimento às comunidades. Estas atividades foram realizadas pela ONG CTA, reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação, facilitando a contratação de professores pela Secretaria de Educação após dois anos de treinamento. Da mesma forma, os agentes de saúde treinados na aplicação de ‘remédios da floresta’, usando técnicas homeopáticas e fitoterapêuticas, são registrados na Secretaria de Saúde e contratados após a devida capacitação.” *Políticas públicas coerentes*, op. cit., p. 138.

46 Idem, *ibidem*.

Em março de 1996, solicitou ao Senado a abertura de linha de crédito para o extrativismo, argumentando que “em toda a história do extrativismo na Amazônia é a primeira vez que se tem uma linha de crédito para financiamento”, além de apontar que o

Banco da Amazônia, até que enfim, terá cara de Amazônia, porque não se pode dizer que um banco de desenvolvimento tem cara da Amazônia quando financia apenas lavoura branca e atividades empresariais.⁴⁷

O extrativismo na Amazônia é o que assegura às populações tradicionais da floresta fazerem o que os governos anunciam nos discursos mas têm problemas para colocarem em prática: o desenvolvimento sustentado. Como argumentou a própria senadora, em recente entrevista, além do desafio da

conquista da eficiência técnica (...) de nossos produtos gerados dentro de uma proposta nova de desenvolvimento (...) outro obstáculo é que o desenvolvimento sustentável é uma questão muito aceita no plano da retórica, mas pouco presente nos programas do governo federal e praticamente ausente nas ações da maioria dos governos estaduais da região.⁴⁸

Em sua avaliação, “desenvolvimento sustentável, meio ambiente e comunidades tradicionais são questões assumidas por um pequeno grupo”, deixando ver quão instáveis e frágeis são as possibilidades de preservar as relações natureza/cultura que experiências populares e nativas constituíram e lutam para manter na floresta amazônica através das reservas extrativistas e outras modalidades próprias de organização.

Em agosto de 1996, no sentido de enfrentar os desafios à proposta de desenvolvimento sustentável e encaminhar “políticas coerentes com este novo paradigma”,⁴⁹ a mesma senadora formulou um projeto de lei ao Senado regulamentando o acesso à biodiversidade* brasileira e dispendo sobre instrumentos de controle em relação aos recursos genéticos no Brasil.

47 M. Silva. “Linha de crédito para o extrativismo”. Brasília, Senado Federal, 1996, p. 5.

48 Idem. Entrevista para *Revista Aquiri*, Rio Branco, março de 1997, p. 64.

49 Idem, *ibidem*.

* “Biodiversidade designa a riqueza de um ecossistema, em termos de número de espécies como de relações que os organismos estabelecem entre si. Foi cunhado numa conferência sobre o tema organizada por E. O. Wilson em 1996 nos Estados Unidos.” *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, 22/03/1998, p. 5.

O pioneirismo da iniciativa tem uma preocupação: o Brasil é considerado o país mais rico em biodiversidade, e as comunidades nativas de várias regiões brasileiras não estão contempladas na lei de patentes de 1993, “ainda que em muitos casos contribuam para a invenção de novos produtos posteriormente patenteados por grupos privados”.⁵⁰ Como apontou Laymert Garcia, em sugestiva discussão sobre tecnologia e natureza, esta Lei de Propriedade Industrial foi aprovada através de acordo entre líderes partidários, sob

o medo das ameaças norte-americanas e a obsessão do descompasso (que mede a distância entre o Brasil e as sociedades capitalistas avançadas em meio à síndrome da modernização) levaram a mente colonizada à submissão e à inferioridade. Agora o país líder da megadiversidade pode ser integrado ao biomercado, de acordo com os desígnios do capitalismo global. O episódio todo tem um significado simbólico: a soberania brasileira foi seriamente ferida. Entretanto, é preciso enfatizar que o mais importante é a exposição da riqueza vital do Brasil a um novo tipo de apropriação, através de novos métodos de predação.⁵¹

E, desta vez, trata-se da predação de tradições e conhecimentos que, ainda conforme Laymert, “nesta terra, tradição significa uma certa relação entre cultura e natureza”.

Diante deste contexto, a senadora Marina Silva, a partir de seu projeto de lei, procura associar o acesso e o uso adequado a organismos vivos – sejam eles plantas, animais, fungos ou recursos genéticos, como células e tecidos vegetais –, para o desenvolvimento biotecnológico, com a justa retribuição ao conhecimento e à conservação destas matérias-primas, muitas vezes proporcionadas por comunidades indígenas e extrativistas, que as trabalharam em suas culturas e tradições, configurando-se como patrimônio cultural destes grupos.

Como argumento central, a proposta de lei considera:

Hoje, não há uma lei que oriente a ação do Governo e proteja as populações tradicionais que habitam as florestas, o litoral, o pantanal, a caatinga ou o cerrado. Gente que não apenas produz conservando ecossistemas, mas, sobretudo, colabora para sua diversificação ao longo do tempo e acumula conhecimentos sobre o uso dos seus recursos.⁵²

50 M. Silva. “Lei de acesso à biodiversidade brasileira”. Brasília, Senado Federal, 1996, p. 5.

51 L. G. dos Santos. “Tecnologia, natureza e a ‘redescoberta’ do Brasil”. In: H. R. de Araújo. *Tecnociência e cultura*. op. cit., pp. 30-2.

52 M. Silva. “ Lei de acesso à biodiversidade brasileira”. Brasília, Senado Federal, 1996, p. 5.

Não podemos perder de vista que essa diversidade biológica, ou biodiversidade, deve sua existência a experiências de vida de grupo sociais e povos nativos frente aos desafios de seu habitat. Entendemos, então, que as informações e os recursos da biodiversidade não são simples dados da natureza; estão visceralmente vinculados à complexidade de culturas historicamente constituídas na Amazônia e em outras regiões brasileiras. Biodiversidade é a expressão visível de culturas que se forjaram em relações de comunicação e entrelaçada com a natureza.

Como considerou Laymert Garcia, acompanhando as discussões de Swanson, uma das riquezas da diversidade é a informação.

Ocorre que o sinal de informação não é exclusivamente o que deve ser transmitido, mas também o *que deve ser recebido*, isto é, adquire um sentido, tem alguma eficácia para um todo que tem seu próprio jeito de funcionar. Mas tal significado não pode ser encontrado nem na saída nem na chegada: a informação só existe quando o emissor e o receptor do sinal formam um sistema, ela existe *entre* as duas metades de um sistema disparatado até então.⁵³

Esta argumentação reforça a perspectiva de que a biodiversidade resulta de modos de vida fundados em culturas ancestrais, que fazem parte e confundem-se com florestas, caatingas, cerrados ou outras regiões onde naturezas e culturas convivem em intercâmbios recíprocos. Estas considerações permitem ter presente que a biodiversidade não é naturalmente dada e, acima de tudo, que a sua defesa está indissolúvelmente associada à preservação da complexidade das culturas constituídas e constituidoras das regiões onde se manifesta esta riqueza potencial.

Daí que, além de proteção à biodiversidade da floresta Amazônica e de outras regiões brasileiras, pretendendo

pôr fim à prática da chamada biopirataria ou garimpagem genética, ou seja, incursões de empresas, institutos de pesquisa e laboratórios responsáveis pela retirada indiscriminada de nossos recursos biológicos encontrados principalmente na fauna, flora e minerais,⁵⁴

53 Laymert Garcia Santos, op. cit., pp. 35-42.

54 Idem. Estima-se que cerca de 200 empresas atuam na coleta de material em países em desenvolvimento. "Esses laboratórios isolam o princípio ativo e aí conseguem produzir a substância. Só que eles jamais saberiam desta informação ou talvez levassem muitos anos para descobrir – se não fosse a indicação dos índios e seringueiros", lembra Marina Silva à *Revista Aquiri*, p. 67.

a proposta de lei da senadora Marina Silva contempla, em seus sete capítulos, formas de proteção e incentivo à pluralidade cultural, aos conhecimentos acumulados por culturas tradicionais em diferentes regiões, explicitando não se tratar tão somente de questão econômica ou de poder. Ciente que “biodiversidade é poder”,⁵⁵ este projeto de lei pretende constituir-se em forte incentivo à diversificação da produção, para diminuir os riscos de dependência de um único produto, além de defesa e preservação de todo um patrimônio cultural historicamente constituído em diferentes lutas pela sobrevivência em várias regiões brasileiras. Configura-se, assim, como parte do esforço coletivo do CNS e outras associações na manutenção das Resex e na preservação de modos de vida e de trabalho, enfim de toda uma diversidade cultural construída por habitantes da Amazônia e de regiões brasileiras “ainda em grau de integridade rara num planeta devastado pela ação humana inconseqüente”.⁵⁶

Assim, enquanto no capítulo I – “Das disposições gerais” –, o projeto prevê

proteção e incentivo à diversidade cultural, valorizando-se os conhecimentos, inovações e práticas das comunidades locais sobre a conservação, uso, manejo e aproveitamento da diversidade biológica e genética,

no capítulo IV – “Da proteção ao conhecimento” –, por intermédio desta proposta de lei

O poder público reconhece e protege os direitos das comunidades locais de se beneficiar coletivamente por suas tradições e conhecimentos e de serem compensadas pela conservação dos recursos biológicos e genéticos, seja mediante direitos de propriedade intelectual ou outros mecanismos.

Mas é no artigo 20, desse capítulo, que esse projeto de lei expressa seu compromisso com as culturas que constituem seus modos de ser a partir de relações de intercâmbio com a natureza, expondo sua compreensão da indissociabilidade entre naturezas e culturas, ao dispor:

Fica assegurado às comunidades locais o direito de não permitir a coleta de recursos biológicos e genéticos e o acesso ao conhecimento tradicional em seus territórios, assim

55 M. Silva. “Lei de acesso à biodiversidade brasileira”, op. cit., p. 15.

56 Idem. Capítulo VII, Justificação, p. 15.

como o de exigir restrições a estas atividades fora de seus territórios, quando se demonstre que estas atividades ameacem a integridade de seu patrimônio natural ou cultural.⁵⁷

Todo esforço para controlar e regulamentar o trânsito e as atividades de empresas, laboratórios, institutos de pesquisa, na Amazônia, associa o forte incentivo à diversificação da produção, para diminuir os riscos de dependência de um único produto, à remuneração do conhecimento das comunidades locais, à conquista de eficiência técnica, à preservação de suas características e identidades culturais resultantes de suas relações com o meio ambiente.

Com os encaminhamentos da senadora Marina Silva, expressão de seringueiros organizados desde os anos 1970, estes e outros trabalhadores e povos da floresta acreditam poder preservar o patrimônio e as culturas da Amazônia, com a possibilidade de criação de novas alternativas de ser e de viver na mata, além de formular uma contribuição fundamental para a noção e a prática de Reservas Extrativas na região.

Ciente de que a apresentação deste projeto de lei significa “uma contribuição para criar um espaço concreto de discussão e de tomada de decisão”⁵⁸ e que

cabe ao governo federal gerar condições para que possamos explorar os nossos recursos, como a biodiversidade, sem necessariamente reproduzir o velho padrão de subordinação a que sempre fomos submetidos,⁵⁹

as questões até então expostas colocam-nos frente ao jogo de lutas e significados sociais, culturais e ambientais que estão em disputa não só em torno das Resex, como em torno das opções para a Amazônia e para o Brasil em termos gerais, nestes tempos de globalização.

Todavia, tendo passado por inúmeras discussões entre a comunidade científica brasileira, instituições públicas e privadas, até hoje o Congresso debate sobre a melhor regra de acesso à biodiversidade, estando longe de chegar a um consenso. Além deste projeto da senadora Marina Silva, que foi relatado pelo senador Osmar Dias (PSDB/PR), duas outras propostas de regulamentação estão em andamento: o projeto do deputado Jacques Wagner (PT/BA) e um projeto apresentado pelo Executivo.

57 Idem, p. 13.

58 Idem, p. 17.

59 M. Silva. Entrevista à *Revista Aquiri*, op. cit., p. 65.

Os três projetos em tramitação se diferenciam na descrição das regras de acesso a este patrimônio: enquanto o projeto de Marina é visto como restritivo demais, o do Governo é considerado muito aberto e formulado sem a participação da sociedade organizada.⁶⁰

Convencida de que, por sua megadiversidade, o Brasil é “o Eldorado do Século 21”, Marina Silva não apenas defende a remuneração dos recursos como propõe garantias de que a tecnologia empregada no desenvolvimento de determinado produto e conhecimento produzido na pesquisa sejam nacionalizados. Mas a tendência da Mesa Diretora da Câmara é criar uma comissão específica para discutir o assunto e, na medida do possível, tentar juntar os três projetos num só substitutivo.⁶¹

Enquanto aguardamos, corremos o risco de estar perdendo espécies sem sequer conhecermos seu potencial genético e biológico. Por isso mesmo, algumas iniciativas, no sentido de pesquisar, mapear e divulgar elementos dessa biossociodiversidade, são muito bem recebidas. E foi da Reserva Extrativista Chico Mendes e da valorização do saber popular que surgiu um trabalho de pesquisa e organização de informações populares sobre *plantas medicinais*. Com a participação de dois seringueiros – Paulo Gaudêncio e Virgílio Padilha dos Santos – e um engenheiro agrônomo – Lin Chau Ming (Unesp, Campus de Botucatu) –, desde 1991 foram estudadas as plantas medicinais usadas pelos seringueiros da Reserva, selecionando 134 espécies mais utilizadas entre 18 seringais, com base em entrevistas de 53 seringueiros.

Os objetivos foram de coletar e identificar as diversas plantas utilizadas, anotar seus usos terapêuticos e parte da planta usada, as condições do ambiente em que se encontram essas plantas, bem como entender um pouco mais as ricas informações populares que, ano após ano, os seringueiros acumulam, fruto da observação, da relação respeitosa com as plantas de suas florestas e do vivo e intenso intercâmbio cultural com outros povos da floresta.⁶²

Por intermédio deste estudo e de sua oportuna publicação temos uma idéia aproximada do potencial da diversidade biológica e cultural da Amazônia, em termos de produtos fármacos, químicos, essências, óleos, inseticidas, fibras, cosméticos, etc., sendo

60 O *Globo*, Rio de Janeiro, 7/03/99, p. 7.

61 Idem, *ibidem*.

62 L. C. Ming; Gaudêncio, P.; V. Santos. *Plantas medicinais: uso popular na Reserva Extrativista “Chico Mendes” – Acre*. Botucatu, CEPLAM/UNESP, 1997, p. 13.

calculado que devem existir mais de 50.000 tipos de plantas, muitas das quais os próprios cientistas ainda não conhecem. É significativo que nesta pesquisa sobre a diversidade de plantas medicinais na Amazônia, seus autores tenham tido o cuidado de trabalhar com a complexidade de culturas que sustenta esta biodiversidade. Assim, ao explicarem que determinadas ervas como a quebra-pedra, enquanto é utilizada por uma população para tirar pedras dos rins, também é usada para curar hepatite entre outras populações, justificam esta diversidade em nome de questões culturais. “Cada cultura usa as plantas de jeitos diferentes. Mesmo na floresta as culturas não são iguais. Essa riqueza de culturas é que faz com que sejam conhecidos novos usos para as plantas”.

No entanto, conforme considerações de Hermetes Araújo,

essa riqueza corre o risco de uniformização, em função de interesses econômicos. O que pode significar a perda do ensinamento de uma relação na qual tecnologia e cultura não se opõem à natureza, deixando assim escapar a oportunidade de conectar a tradição com o presente para relançar o futuro.⁶³

63 H. R. Araújo (org.). *Tecnociência e cultura*, op. cit., p. 16.